



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1763/2007

Autoriza o Executivo Municipal a ressarcir despesas de aluguel de imóvel para instalação de indústria no Município e dá outras providências.

O Povo do Município da Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Executivo Municipal a ressarcir despesas de aluguel de imóvel para instalação de indústria no Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, dispondo sobre as respectivas condições, prazo e valor máximo.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a ressarcir despesas de aluguel de imóvel para instalação de indústria neste Município, observadas as seguintes condições:

I - prazo: 11 (onze) meses, a partir de 1 de fevereiro de 2007, prorrogável nas mesmas condições mediante acordo entre as partes, por prazo não superior a 6 (seis) meses;

II - valor máximo do ressarcimento: R\$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais) mensais;

§1º Para os fins de que trata esta Lei, obriga-se a indústria beneficiada a:

a) apresentar à Secretaria Municipal de Administração cópia do contrato de locação não residencial do imóvel em que está ou será instalada a indústria, no qual deverá figurar como locatária e responsável exclusiva por todos os encargos locatícios, incluindo o pagamento de aluguéis, impostos, taxas e seguros, a empresa Delta Indústria e Comércio de Confecções Ltda., inscrita no **CNPJ sob o nº 08.561.093/0001-35**;

b) apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Administração cópia do comprovante de quitação do aluguel devidamente datado e assinado pelo locador, com indicação precisa do mês a que se refere, a ser ressarcido no prazo de 20 (vinte) dias após a sua apresentação, observado o valor máximo de ressarcimento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo;

c) comprovar bimestralmente à Secretaria Municipal de Administração, até o décimo dia útil do mês subsequente, a manutenção de no mínimo 20 (vinte) empregos formais diretos a trabalhadores residentes neste Município, a partir do terceiro mês do período de que trata o inciso I do **caput** deste artigo.

d) comprovar bimestralmente à Secretaria Municipal de Administração, até o décimo dia útil do mês subsequente, a manutenção de no mínimo 40 (quarenta) empregos formais diretos a trabalhadores residentes neste Município, a partir do oitavo mês do período de que trata o inciso I do **caput** deste artigo.

§2º É vedada a participação da Prefeitura Municipal, de seus representantes ou servidores no contrato de locação a que se refere este artigo, seja como locatários, intervenientes, garantes ou para qualquer outra finalidade.

§3º A Prefeitura Municipal não se responsabiliza por quaisquer obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, social ou outras decorrentes do contrato de trabalho celebrado entre a firma beneficiada e seus funcionários.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 3º As despesas com execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1 de fevereiro de 2007.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 16 de fevereiro de 2007.

Acácio Mendes de Andrade
Prefeito Municipal